

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.105 - RS (2020/0003699-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BOA VISTA SERVICOS S.A
ADVOGADOS : CARLOS DAHLEM DA ROSA E OUTRO(S) - RS021051
ADRIANA SANTOS DE SOUZA - RS082118
AGRAVADO : ROGÉRIO MENDES LEMOS
ADVOGADO : VINÍCIUS FERRANDO LEÃO - RS095788

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CANCELAMENTO DE INSCRIÇÕES NEGATIVAS EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO CONSUMIDOR.

Inscrição derivada de outros bancos de dados.

Importe que configura nova inscrição, ampliando o alcance e espectro da inscrição primitivas, seja ou não proveniente de entidade conveniada. Obrigação do arquivista/importador de proceder à notificação. Orientação congruente com a Súmula 359/STJ e o Resp.1.061.134-RS.

Independentemente do conteúdo e da proveniência da informação, responde esse arquivista pela regularidade formal do registro que disponibiliza à clientela. Caso dos autos em que a ré, no que atine ao registro "importado", somente comprovou a notificação prévia do devedor pela entidade que efetuou originariamente a inscrição, deixando de demonstrar que ela própria satisfaz a exigência do art. 43, § 2º, do CDC.

Inscrições originais. Dispensabilidade do Aviso de Recebimento na correspondência. Súmula/STJ enunciado 404. Presunção de regularidade da notificação prévia extraída do cotejo entre diversos documentos colacionados pelo arquivista. Caso dos autos em que a ré comprovou o atendimento ao disposto no art. 43, §2º, do CDC relativamente a um dos registros, deixando de fazê-lo no que concerne à outra inscrição original impugnada (comandada pelo credor Banco do Brasil), a qual deve, assim, ser cancelada.

APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do especial, aponta a parte agravante existência de dissídio jurisprudencial, além de violação dos artigos 373 do Código de Processo Civil e 43 do Código de Defesa do Consumidor. Defende que foi devidamente cumprido e comprovado nos autos o dever de notificar previamente o devedor acerca de sua inscrição em cadastro de restrição ao crédito.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Corte local reformou a sentença que julgara improcedente o pedido do autor, sob o entendimento de que a entidade mantenedora do banco de dados não havia cumprido o dever de notificação prévia ao agravado sobre sua inclusão em cadastro desabonador, que mantém, com relação à importação de dois registros, uma de instituição congênere e outra do CCF.

Quanto à notificação prévia da importação de registro de inadimplência de contrato bancário, o Tribunal de origem apresentou a seguinte fundamentação (fl. 126, e-STJ):

Ainda no que diz respeito aos registros originais, mais especificamente àquele anotado em nome do BANCO DO BRASIL, no valor de R\$ 4.360,14, destaco que ao tentar comprovar sua efetiva comunicação ao autor, a empresa ré colacionou carta de aviso de débito (equivalente à ficha de inclusão) e lista de postagem referentes à inscrição efetuada em nome do credor BANCO ITAUCARD S/A, contrato de nº 000000202001996.

Desta forma, no que atine a esse registro, não se prestam os documentos a atestar a efetiva notificação do consumidor quanto ao débito oriundo do contrato de nº 00000000863061784 efetuado em nome do BANCO DO BRASIL, razão pela qual deve ser procedido o seu cancelamento.

No ponto, o acórdão de origem está em harmonia com julgados desta Corte Superior, que orientam que o SERASA e o SPC, quando importam dados do CCF para inscrição em seus respectivos cadastro, têm o dever de expedir notificação prévia ao devedor (AgRg no AREsp 169.212/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 1º/8/2013).

Vejam-se:

Direito processual civil e bancário. Recurso especial. Ação de compensação por danos morais. Inscrição em cadastro de proteção

ao crédito sem prévia notificação. Legitimidade passiva do órgão mantenedor do cadastro restritivo. Dano moral reconhecido, salvo quando já existente inscrição desabonadora regularmente realizada, tal como ocorre na hipótese dos autos.

I- Julgamento com efeitos do art. 543-C, § 7º, do CPC.

- Orientação 1: Os órgãos mantenedores de cadastros possuem legitimidade passiva para as ações que buscam a reparação dos danos morais e materiais decorrentes da inscrição, sem prévia notificação, do nome de devedor em seus cadastros restritivos, inclusive quando os dados utilizados para a negativação são oriundos do CCF do Banco Central ou de outros cadastros mantidos por entidades diversas.

- Orientação 2: A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no art. 43, §2º do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais, salvo quando preexistia inscrição desabonadora regularmente realizada. Vencida a Min. Relatora quanto ao ponto.

II- Julgamento do recurso representativo.

- É ilegal e sempre deve ser cancelada a inscrição do nome do devedor em cadastros de proteção ao crédito realizada sem a prévia notificação exigida pelo art. 43, § 2º, do CDC.

- Não se conhece do recurso especial quando o entendimento firmado no acórdão recorrido se ajusta ao posicionamento do STJ quanto ao tema. Súmula n.º 83/STJ.

Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido para determinar o cancelamento da inscrição do nome do recorrente realizada sem prévia notificação.

Ônus sucumbenciais redistribuídos.

(REsp 1061134/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 1º/4/2009)

"INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE EMITENTES DE CHEQUES SEM FUNDOS - CCF (BACEN). PRETENSÃO DE INDENIZAÇÃO ANTE A AUSÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DO CORRENTISTA PELO BANCO SACADO. RESOLUÇÃO Nº 1.682/90 ALTERADA PELA CIRCULAR Nº 2.250/92.

1. A Resolução nº 1.682/90 c/c a Circular nº 2.250/92, todas do BACEN, sem prejuízo de outras correlatas, não supera, conforme exegese já pacificada nesta Colenda Corte, as regras do Código de Defesa do Consumidor, de modo que cabe ao órgão mantenedor dos bancos de dados - e não às instituições financeiras - o dever de notificar o consumidor acerca da negativação.

2. Agravo regimental não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no Ag 1249801/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 10/11/2010)

Outrossim, quanto à anotação importada de banco de dados congênere cuja notificação prévia foi realizada pela mantenedora originária, o Colegiado revisor assim dirimiu a controvérsia (fl. 122):

No caso vertente, o arquivista não demonstrou que de fato notificou a parte autora da inclusão do nome no cadastro de inadimplentes relativamente à inscrição importada da CDL PORTO ALEGRE e comandada pelo credor FINANCEIRA DREBES – LOJAS LEBES, no valor de R\$ 2.714,75. Portanto, no que respeita à importação de dados e respectiva inclusão em seu banco cadastral, a ré não fez aportar aos autos a prova da necessária comunicação prévia do devedor.

O importe configura inscrição original, e com o efeito de ampliar o alcance e espectro dos dados antes apenas anotados na CDL PORTO ALEGRE. É obrigação do arquivista/importador proceder à notificação (...)

Verifico que o acórdão da origem, no ponto, divergiu do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, cuja compreensão é de que a regra do art. 43, § 2º, do CDC possui exceções, sendo que a mera reprodução, por órgão de restrição ao crédito, de informações constantes de registro público dispensa a prévia comunicação.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. ENVIO FEITO POR ENTIDADE CONGÊNERE. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. N(...)

2. É válida a comunicação prévia efetuada por entidade congênere, na medida em que a jurisprudência desta Corte reconhece a legitimidade ad causam de associação ou câmara de dirigentes lojistas que reproduz informações contidas em outros bancos de dados desenvolvendo, por isso, típico serviço de proteção ao crédito.

3. Cumpre destacar, ainda, que a eg. Segunda Seção desta Corte Superior, por ocasião do julgamento do REsp 1.061.134/RS,

submetido ao rito do art. 543-C do CPC decidiu que: "Ostenta também legitimidade passiva para a ação indenizatória a entidade que reproduz ou mantém o cadastro, com permuta de informações constantes de outros bancos de dados. Nesses casos, o órgão que efetuou o registro viabiliza o fornecimento, a consulta e a divulgação de apontamentos existentes em cadastros administrados por instituições diversas com as quais possui convênio, como ocorre com as Câmaras de Dirigentes Lojistas dos diversos Estados da Federação entre si" (REsp 1.061.134/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 1º.4.2009).

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 312.354/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 25/10/2013)

Assim, tendo em vista que foi comprovada a prévia notificação do consumidor pelo Clube de Diretores Lojistas de Porto Alegre (banco de dados originário), deve ser afastada a irregularidade da inscrição.

Em face do exposto, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, para reconhecer a regularidade da inscrição importada de entidade congênere, bem como redimensionar os ônus de sucumbência fixados na origem, que deverão ser suportados à ordem de 50% a ser pago pela parte agravante e 50% pela parte agravada.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora